INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC
LINHAVIVA
Nº 1074 - 31 de março de 2011
-IMPRESSO-

Revolta em barragens é fruto de descaso de consórcios, governo e BNDES

Dois casos de motins na construção de hidrelétricas/barragens ocorridos nas últimas semanas (Jirau e São Domingo) levantam sérias questões. Ninguém espera que estas obras se desenvolvam sem conflitos, afinal nestes canteiros, situados em locais remotos, passam a viver mil, três mil, dez mil trabalhadores transplantados de outras regiões. Porém, quando se planeja grandes obras hidrelétricas no Brasil o custo do trabalho na sua construção é subavaliado. É claro que se houvessem condições satisfatórias de vida no local e pagamento adequado estes tumultos não teriam acontecido. Os conflitos nestas barragens não são fruto de propaganda sindical. São produto do descaso dos consórcios construtores, do governo, do BNDES e da vida quase sub-humana vivida nestes locais.

O ser humano se maravilha com obras de construção de grandes reservatórios e hidrelétricas. Foi assim com a construção de Itaipú – surgida a ferro e fogo durante a ditadura militar. Está sendo assim com o novo boom de hidrelétricas brasileiras planejadas na virada do milênio. Grandes barragens transferem benefícios de um grupo para outro: geralmente dos mais pobres para os mais ricos. Centenas, milhares de pessoas são tiradas de suas comunidades perdendo suas estruturas sociais, culturais e economicas. A geração de hidroeletricidade beneficia geralmente os setores industriais e áreas urbanas. Tudo isto pode ser mitigado, apenas mitigado, através de compensações. Como no Brasil estas obras são financiadas pelo BNDES (que, como diz a sigla, busca o desenvolvimento social) é imperativo que o "desenvolvimento" em questão não signifique perda para alguns brasileiros. Também não se pode esquecer que estas poderosas construções suscitam ainda interesses econômicos muito bem organizados (construtoras, fornecedores de máquinas e equipamentos,...) cujo único objetivo é o lucro e com um poder de lobby formidável.

O período de construção destes empreendimentos é geralmente dramático. E tudo fica pior porque não existe nenhum tipo de responsabilidade social das empresas envolvidas nestas construções. Não é exagero dizer que estes grupos industriais chegam a usar trabalho escravo. Um exemplo? Foram encontrados 98 trabalhadores desmatando a área do futuro reservatório do Salto do Rio Verdinho, Goiás, morando em barracas, sem camas, sem banheiro, trabalhando em troca de comida e com dívidas contraídas para o pagamento de (!) transporte, comida e alojamento. Outro exemplo: em Jirau onde moravam cerca de 22 mil trabalhadores, as "condições" de trabalho eram repressivas, com castigos físicos, abuso verbal, pressão para trabalhar períodos extensivos sem pagamento adequado; descontos excessivos nos salários; preços elevados nos restaurantes e lanchonetes privados no interior do canteiro de obras; falta de cuidados médicos para acidentes, malária (em Santo Antonio são consumidos 12 mil frascos de repelentes para mosquitos por mês) e HIV. Descontentamento entre um número tão grande de pessoas reunidas num espaço limitado, numa área remota traz o perigo de acabar em tumultos difíceis de controlar. E o contágio é imediato não só no local como em obras semelhantes.

A tensão tanto em Jirau como São Domingo sempre foi grande. Os sinais de descontentamento são anteriores aos motins. Tanto os contratantes (entre eles Eletrosul, Tractebel, fundos de pensão) como o governo deveriam estar atentos a isto. O impacto social nem sequer constava do primeiro termo de referência do Ibama para Jirau. Para piorar não houve nenhuma iniciativa de negociação ou arbitragem por parte das empresas. As irregularidades relativas aos direitos trabalhistas, a falta transparência atingem não só aqueles trabalhadores mas a sociedade brasileira como um todo. E a responsabilidade não pode ser repassada apenas às construtoras. É também dos contratantes.

Marli Cristina Scomazzon
Jornalista

8º Congresso da Celesc discutirá critérios da Aneel

À primeira vista pode parecer para o trabalhador eletricitário que a questão da revisão tarifária não lhe diz muito respeito. Mas isto é um engano. Este processo traz conseqüências importantes não só no que se refere a condições de trabalho como na remuneração desta categoria. Por ser essa discussão tão importante ela foi tema do Congresso anterior do Empregados da Celesc ("A Gestão da Celesc e a Empresa de Referência: a visão dos trabalhadores") e volta como tema do 8º Congresso que discutirá questões relacionadas ao novo contexto do setor, dentre os quais a revisão, com impactos para a empresa e os seus trabalhadores. O terceiro ciclo de revisão tarifária acontece em 2011 e, principalmente a partir de 2012 (caso da Celesc).

No final do ano passado (dia 16 de dezembro) foi realizada em Brasília a audiência pública promovida pela Aneel com o objetivo de discutir as metodologias que definirão a revisão tarifária periódica. Os economistas do Dieese que formam a Rede Eletricitários participaram, entre eles, Daniel Passos que assessora a Intercel e a Intersul e que participará do 8º Congresso. Veja a opinião de Daniel sobre a revisão tarifária e as conseqüências na relação de trabalho:

Porque a discussão da revisão tarifária é importante?

Porque a atividade de distribuição é praticamente toda regulada pela Aneel. Desse modo, discutir os critérios da revisão é discutir como a empresa funcionará nos próximos 4 anos. Por exemplo, qual o tamanho da sua estrutura, o seu quadro de pessoal, a forma de atendimento da sociedade, a transferência dos ganhos de produtividade, o nível de investimento, o lucro do acionista, o nível de perda de energia, entre outros.

Como acontece essa discussão com a sociedade?

Acontece em condições muito desiguais entre os diferentes segmentos da sociedade. Como as discussões são muito técnicas, a população praticamente fica excluída da discussão. A Aneel apresenta um conjunto de Notas Técnicas que tratam de vários temas tais como os custos operacionais (entre eles os gastos com pessoal reconhecido na tarifa), a taxa de retorno da empresa, as perdas técnicas e não técnicas, os mecanismos de modicidade tarifária (Fator X), dentre outros. As propostas da Aneel são submetidas a Audiências Públicas e também há um prazo para que outras sugestões sejam formalmente enviadas. As manifestações na Audiência, em geral, são defesas das diversas posições dos grupos de interesses. Por exemplo: os acionistas tendem a defender um maior retorno dos investimentos, os consumidores defendem tarifas mais baixas com qualidade e segurança e os trabalhadores condições de trabalho e de remuneração. Em razão do maior conhecimento das bases técnicas, a participação das empresas se sobrepõe aos demais segmentos da sociedade.

Os interesses dos trabalhadores estão sendo reconhecidos nesse processo?

Infelizmente não da forma como devia. O que ocorre é que no modelo de revisão tarifária prevalece principalmente o interesse das empresas, sendo que algumas vezes o interesse dos consumidores se sobressai principalmente quando se trata de temas relacionados à modicidade tarifária e a qualidade do fornecimento. Os trabalhadores do setor são tratados como custos e não como atores sociais, providos de interesses. Atualmente é muito importante ampliar esse debate no meio sindical e estimular a participação dos trabalhadores nas discussões que definem as regras de regulação.

Como isso pode acontecer?

Através de eventos com a categoria sobre essa temática, como mais essa edição do Congresso. Precisamos construir no meio sindical e na categoria uma massa critica com capacidade de intervenção para colocar o trabalho e, portanto, o trabalhador como um ator importante e fundamental para o bom funcionamento do setor de distribuição de energia elétrica. Trata-se de revalorizar o trabalho.

Por que isso não acontece hoje?

Porque a Aneel estabelece metas para as empresas, geralmente relacionadas ao fornecimento de energia. A aferição dessas metas ocorre apenas ao final de cada período, a partir dos resultados apresentados. Não há preocupação com os processos. Portanto, para a Aneel não importa como os resultados foram obtidos, se mais ou menos pessoas morreram, se acidentaram ou se os trabalhadores recebem muito ou pouco, por exemplo. A Aneel se esconde em um falso argumento de não querer ser invasiva em relação às empresas, mas acaba interferindo diretamente na relação de trabalho quando não reconhece a realidade dos acordos e normas coletivas de trabalho na tarifa. Atualmente, mesmo que de forma indireta, a Aneel interfere mais na negociação trabalhista do que a própria realidade das empresas. Não são poucos os casos em que a regulação da Aneel é utilizada como argumento para negar reivindicação dos trabalhadores.

Há possibilidade de mudar essa situação?

Precisamos inserir no modelo indicadores de qualidade e segurança do trabalho, valorizando as empresas com melhores resultados. Não é razoável imaginar que os indicadores de eficiência propostos pela Aneel como DEC e FEC e Perdas não Técnicas são suficientes para medir se uma empresa é ou não eficiente e tenha qualidade. Para nós qualidade tem nome, CPF e endereço. São as pessoas que trabalham no setor e se não houver esse reconhecimento no modelo tarifário, não sairemos da trajetória dos últimos anos marcadas pela terceirização, avanço dos acidentes e mortes fatais em praticamente todas as empresas do setor e piora na qualidade no fornecimento de energia.

LINHAVIVA

EDITORIAL

Eletrosul precisa de um novo PREQ

O prazo final de desligamento dos trabalhadores inscritos no PREQ da Eletrosul se encerra em maio de 2011. Ele existe desde2006 (cláusula nona do ACT 2003/2004) e através deles serão desligados 403 trabalhadores.

Apesar de constar no Acordo Coletivo de Trabalho, a forma como o Plano foi estabelecido pela Eletrosul não retratou o desejo dos trabalhadores expresso na pauta de reivindicação discutida naquela oportunidade. Os empregados querem que ele seja permanente e que a retenção do conhecimento e a reposição do quadro de pessoal sejam efetivas. Conforme registro e alerta dos sindicatos que compõem a Intersul à diretoria da Eletrosul, no decorrer desse processo, o que vem se observando ao final é a utilização do Programa como um simples eliminador de postos de trabalho, facilitador de um processo antidemocrático de reestruturação de setores e áreas da empresa.

Também se constata que não houve, em muitos casos, o devido repasse de conhecimento e tem acontecido situações injustificáveis e absurdas. Tem empregado desligado no PREQ e recontratado para executar a mesma tarefa que exercia na empresa. Em outras situações, quando da saída do empregado, há denúncia dos próprios trabalhadores que a atividade – antes executada por um empregado concursado está sendo feita por um estagiário ou terceirizado.

Por tudo isso é necessário discutir um novo PREQ. Não apenas para permitir a adesão de um grupo expressivo de trabalhadores, estimados em quase duas centenas, mas principalmente para recuperar o seu propósito inicial de ser um verdadeiro processo de sucessão e retenção do conhecimento, mantendo viva a memória técnica e a capacidade administrativa da Eletrosul.

O PREQ, ou o que lhe suceder, não pode representar para quem ficou tanto tempo na empresa uma simples porta de saída com algum ganho financeiro. Também para a Eletrosul, não pode significar o seu desmonte através da perda da sua capacidade empreendedora e nem o enfraquecimento do seu caráter de empresa pública.

CAMPANHA ELETROSUL/ELETROBRÁS

Entrega da pauta específica é dia 7

Na próxima quinta-feira, dia 7, a Intersul estará entregando a pauta específica de reivindicações dos empregados para a Eletrosul, dando início oficial à campanha de data base 2011/12.
A Intersul está desde o início da semana, dia 28, reunida em Florianópolis para planejar estas negociações que vão desde a formatação da pauta específica e passa por reuniões de análise de conjuntura, discriminação dos objetivos e da estratégia desta campanha, avaliação da estrutura disponível para o desenvolvimento das atividades e uma oficina de negociação.
Já a pauta nacional de reivindicações será entregue à Eletrobrás no dia 5 de abril pelo CNE (Coletivo Nacional dos Eletricitários).

A Nova Eletrobras e a campanha de data-base

Pelo terceiro ano consecutivo a pesquisa feita junto aos empregados da Eletrosul, pelos sindicatos que compõem a Intersul/CNE, em fevereiro de 2011, aponta muitas dúvidas e críticas com relação ao processo de criação da nova Eletrobras. Depois de implantado parte do projeto, ainda 36,21% dos que responderam a pesquisa não sabem os impactos que as mudanças devem ter na Eletrosul. Além desse desconhecimento, para 21,48% os prováveis impactos serão negativos, enquanto 32,22% têm uma avaliação positiva dos impactos.

Sem entrar no mérito dos índices apontados, os comentários em aberto na referida pesquisa evidenciam que houve falta de democracia e de transparência na condução desse processo.

Embora lamentável, não há novidade para as entidades sindicais integrantes da Intersul que vêm se manifestando sobre o tema e alertando a empresa sobre essa questão.

Falta transparência

Apesar dos impactos que as mudanças em curso já estão provocando na vida dos empregados não há, por parte das direções das empresas do Grupo, nenhum esforço em expor claramente os reais motivos da criação da nova Eletrobras. Com uma forte e bem articulada campanha de marketing vem se buscando incutir na cabeça dos trabalhadores uma "nova filosofia" empresarial e convencer a todos que o Grupo será fortalecido e que, por conseguinte, todos ganharão.

Porém, a verdade nua e crua e que já pode ser sentida pela forma como foi implantado o PCR (que não sobreviverá que os míseros 1% destinado para a sua manutenção) é que o que se pretende mesmo é reduzir custos (entre esses gastos com pessoal) se adaptando à competitividade do mercado nos mesmos moldes de uma empresa privada cujo objetivo principal e único é auferir expressivo lucro em detrimento dos interesses maiores da sociedade e dos trabalhadores.

Com essa tomada de consciência e destacando-se o papel importante que os empregados do Grupo Eletrobras (e da Eletrosul de modo especial) deverão desempenhar na campanha de data-base 2011/12, pra fazer valer seus anseios e direitos, é que os sindicatos integrantes da Intersul convocam desde já os eletricitários a se inserirem mais diretamente nas ações da campanha que serão construídas junto a base.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS 4966), Rafael Spricigo (estagiário). Conselho Editorial: Rinaldo de Souza. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Jornadas Bolivarianas

O Sinergia está apoiando as Jornadas Bolivarianas, uma reunião anual com palestras e mesas redondas dedicada a analisar a política, economia e cultura de países latino-americanos. O objetivo do encontro é formular análises teóricas críticas para superar as circunstâncias que mantêm a dependência e o subdesenvolvimento do continente Sul Americano.

O evento acontece entre os dias 4 e 7 de abril, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O tema base deste ano é "Imperiaslismo e Cultura na América Latina". Consulte a programação no blog do Sinergia www.sinergiasc.wordpress.com

Nota da Elos precisa ser esclarecida

No dia 25 de março o Sinergia encaminhou correspondência à Fundação ELOS solicitando esclarecimentos para os trabalhadores sobre a nota publicada pela Fundação no dia 18 de março – que trazia informações incompletas sobre os procedimentos para a opção do empregado de migração para o Plano CD-Eletrosul ou permanência no Plano BD-Eletrosul. A redação da nota poderia levar a erro o trabalhador.

O prazo para migração é junho.

Sinergia vai estar lá

Aconteceu no dia 22 de março a eleição para novos Conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de Florianopolis - gestão 2011/2012. O Conselho de Saúde é um órgão colegiado, permanente e deliberativo, com a função de formular estratégias, controlar e fiscalizar a execução da política de saúde, sendo composto da seguinte forma: 50% por representantes dos usuários do SUS; 25% por profissionais de saúde; 25% por gestores e prestadores. As decisões do conselho podem transformar-se em resoluções homologadas pelo chefe do Poder Executivo, Ouvidorias e Ministério Público. Os conselhos e as conferências são as formas obrigatórias previstas em Lei Federal. No Segmento Usuários (relativo a entidades sindicais e associações de trabalhadores) foram eleitas: a Associação dos Aposentados da Previdência Social da Grande Florianópolis – ASAPREV, a Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina – CUT/SC, o Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis – SINERGIA. A posse acontecerá no dia 12 de abril.

Eleição no Sintevi

No dia 23 os sócios do Sintevi foram as urnas para votar a nova diretoria que estará dirigindo a entidade até 2014. Votaram 54% dos sócios, número este considerado bom já que havia somente uma chapa concorrendo a eleição. Dos votantes a chapa teve uma aprovação de 94% sendo assim eleita para tomar posse a partir do dia primeiro de maio. Com isso, os eletricitários do Vale do Itajaí passam por mais um processo importante na sua história, continuando assim na luta.

TRIBUNA LIVRE

Desligamento Voluntário foi discutido no CRH

JAIR FONSECA
REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CELESC

No dia 24 de abril aconteceu uma reunião do Comitê de RH da Celesc. Ela antecedeu a reunião do Conselho de Administração (CA). Neste CRH o Diretor de Gestão (DG) apresentou uma radiografia da Celesc Distribuição com a quantidade de empregados divididos por Grupo Ocupacional e o custo da folha de pagamento. Também foi apresentado o quadro comparativo de empregados atual e o quadro de lotação que foi constituído visando atender às recomendações da ANEEL.

Depois de apresentados estes dados, o DG apresentou um projeto de Política de Gestão de Pessoas, do qual destacamos: Política de Transferência, Plano de Desligamento Voluntário, Estrutura Organizacional, Plano de Carreira e Remuneração, Política de Benefícios (na ativa e após emprego), Quadro de Empregados à disposição da Celesc D e H, Procedimentos de Prevenção de Acidentes de Trabalho, Horas Extras, Periculosidade entre outros.

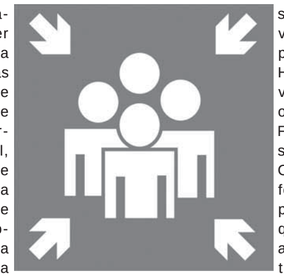
Quero deixar registrado e bem claro a todos os companheiros que o Plano de Política de Pessoas foi apresentado ao Comitê de RH e não ao Conselho de Administração. Este assunto nem estava pautado na reunião do CA e em momento algum foi discutido pelos membros do Conselho. Houve grande comoção na empresa, pois alguns jornais publicaram que a implantação de um Plano de Demissão seria aprovada na reunião do CA, o que não é verdade. Apesar do Plano de Demissão constar no Projeto apresentado ao Comitê de RH, este não têm prazo para implantação e precisa de ampla discussão, pois além de ser bastante ambicioso não contempla o Concurso Público, item de grande importância para a viabilização do PDV.

Antes de dar esse passo precisamos equalizar o quadro de pessoal, atendendo a todos os postos de trabalho onde realmente há falta de pessoas, como as Lojas de Atendimento, Assistência Social, Medicina do Trabalho, Eletricistas, Técnicos de Nível Médio e Superior, apenas para citar algumas funções.

Aos empregados que estão ansiosos à espera de um Plano de Demissão, pedimos que aguardem cumprindo com a sua responsabilidade com a Celesc e com a sociedade, prestando o melhor serviço possível, pois é com este espírito que ao final de uma carreira conquistamos legitimamente o reconhecimento de uma recompensa.

Aposentadoria Especial:

FNU defende o direito para todos



A retomada da aposentadoria especial não deve ser apenas para uma reduzida parcela de trabalhadores, mas para todos os eletricitários que fazem jus a esse direito que lhe foi tomado por um governo antipopular e neoliberal, esta foi a fala do presidente da FNU, Franklin Moreira, na abertura de um debate sobre a aposentadoria especial, promovido pela federação no dia 25 de março no auditório da Eletronorte, em Brasília.

A concessão da aposentadoria especial por categoria foi extinta pela Lei nº 9.032/95 durante o governo FHC e a forma de concessão agora é somente para trabalhos insalubres. Para a FNU, todos os trabalhadores da área de manutenção e operação do setor elétrico brasileiro estão expostos ao agente nocivo e conseqüentemente terão que ser atendidos pela reivindicação. O Governo propõe a inclusão do agente nocivo "Radiações Não Ionizantes" (Campos Eletromagnéticos – CEM's) no decreto que relaciona os agentes nocivos que dão direito a aposentadoria especial, mas limita o benefício para um número reduzido de trabalhadores do setor elétrico. Para os sindicatos os limites estabelecidos no decreto são muito altos (internacionalmente estes níveis são bem menores).

Participaram do encontro do dia 25 o representante do Ministério da Previdência, Domingos Lino, o superintendente da ANEEL, Paulo Henrique Silvestri Lopes, o advogado, Dr. Daisson Portanova, o Secretário de Previdência da FNU, Jeová Pereira, e os representantes sindicais de todo país. O advogado Daisson Portanova fez uma explanação sobre os processos judiciais no País no que diz respeito à concessão da aposentadoria especial aos eletricitários. Atualmente os trabalhadores estão ganhando na justiça a concessão da aposentadoria especial e, com a concordância da proposta do Governo Federal por parte das entidades sindicais. Isto traz o risco de se reverter o tema às interpretações judiciais e assim, todos os processos que estão tramitando e outros que porventura surgirão poderão ser negados, retirando assim um direito dos trabalhadores do setor elétrico que justamente estão sendo concedidos pela justiça brasileira.

A FNU exige que a proposta seja melhorada, pois é inegável que o número de trabalhadores prejudicados representa um número muito maior do que o Governo considera.

Na sequência a FNU pretende realizar uma audiência com o Ministério da Previdência para uma última rodada de negociações e posteriormente realizar um seminário nacional sobre o tema.